



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Faculdade de Educação

GIOVANNA ELEN PONTE SIRQUEIRA

**O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE
PROFESSORES/AS EM UMA ESCOLA DE SAMAMBAIA/DF**

BRASÍLIA-DF

2024

GIOVANNA ELEN PONTE SIRQUEIRA

**O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE
PROFESSORES/AS EM UMA ESCOLA DE SAMAMBAIA/DF**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia, à banca examinadora da
Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, sob a orientação do(a)
Professor(a) Dr(a)Rosana Batista
Monteiro

BRASÍLIA – DF

2024

O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES/AS EM UMA ESCOLA DE SAMAMBAIA/DF

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia, à banca examinadora da
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília, sob a orientação da Professora Dra.
Rosana Batista Monteiro.

Prof(a). Dr(a).

Orientador(a)

Prof(a). Dr(a).

Membro da Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).

Membro da Banca Examinadora

RESUMO

Considerando a relevância do combate ao racismo por meio da educação, o presente trabalho tem como objetivo analisar um livro didático de história do 5º ano do ensino fundamental de uma escola em Samambaia/DF sobre sua abordagem acerca da temática racial. Tal objetivo se justifica pela importância do material didático na construção de saberes e pela necessidade de combater o racismo. Diante desse contexto, de que forma o livro didático aborda a temática racial? Para tanto, foi adotada uma abordagem metodológica feita a partir de uma pesquisa qualitativa por meio da aplicação de um questionário e uma análise do material pedagógico. Os resultados obtidos revelam a importância do livro no processo de aprendizagem e que além de um material adequado se faz necessário a formação profissional e continuada dos docentes. Portanto, conclui-se que a eficácia do livro didático como ferramenta de combate ao racismo depende não apenas de sua inclusão de conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial, mas também da preparação e da capacitação das professoras para abordar esses temas.

Palavras-Chave: Livro Didático. Educação. Combate ao racismo. Diversidade Étnico-racial. Educação das relações étnico-raciais.

ABSTRACT

Considering the relevance of combating racism through education, this study aims to analyze a 5th-grade history textbook from a school in Samambaia/DF regarding its approach to racial issues. This goal is justified by the importance of educational materials in the construction of knowledge and the need to fight racism. In this context, how does the textbook address racial themes? To answer this, a methodological approach was adopted using qualitative research through the application of a questionnaire and an analysis of the pedagogical material. The results reveal the importance of the textbook in the learning process and highlight that, in addition to having appropriate material, there is also a need for ongoing professional development for teachers. Therefore, it is concluded that the effectiveness of the textbook as a tool for combating racism depends not only on the inclusion of content related to ethnic and racial diversity but also on the preparation and training of teachers to address these topics.

Keywords: Textbook. Education. Combating Racism. Ethnic-racial Diversity. Education of ethnic-racial relations.

MEMORIAL

Me lembro do primeiro dia de aula na universidade, na disciplina de introdução à pedagogia na qual a professora perguntou o motivo de ter escolhido o curso. Dentre as variadas respostas muitas se pareciam com a minha. Brincar de escolinha foi não só a minha, mas a primeira experiência com a docência de muitas alunas que estavam naquela sala, então posso dizer que tudo começou com uma brincadeira.

Desde pequena tive apego aos meus professores e sentia grande vontade de ser como eles. Chegava em casa da escola e ia correndo organizar minha sala de aula para ensinar meus alunos de pelúcia tudo que eu havia aprendido naquele dia. Foi então que descobri minha vontade de lecionar.

Não posso me esquecer das figuras familiares que me criaram cercada de exemplos e inspirações. A primeira geração foi a de dona Djanira, minha avó, que possuía um olhar diferenciado em relação à educação e ensinou suas filhas sobre o valor que essa ferramenta tinha, nunca permitiu que minha mãe e minhas tias trabalhassem de empregada doméstica para que elas tivessem a educação como prioridade. Minha avó foi uma figura essencial para minha formação visto que ela criou e educou as mulheres que futuramente iriam tomar conta de mim e me rodear de amor, cuidado e exemplos. Hoje parte da minha família é da área da educação e são professoras(es) nas quais eu me inspiro diariamente e sinto orgulho e posso dizer que essas pessoas são culpadas pelo meu amor de educar.

Minha trajetória na educação foi incrível até o ensino fundamental 1, tudo era mágico na minha visão. A partir do 6º ano do ensino fundamental muitas mudanças começaram a acontecer e alguma delas foi uma série de frustrações constantes que ao invés de me causar raiva e mágoa pela educação foram pontos necessários para que meu desejo de ser professora aumentasse mais, pois assim muitas das violências a qual eu fui submetido não alcançariam outras pessoas como eu. Na época eu percebia que o papel de docente faz uma diferença grande para a vida de um estudante, seja boa ou ruim e por isso eu queria ser aquela responsável, por meio do meu trabalho, em desenvolver uma educação acolhedora.

A graduação foi então o ponto alto da minha formação, pois através dela tive experiências que carrego para sempre. Graças a graduação pude passar pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, gestão e socioeducação em instituições públicas e privadas, em todos os lugares por onde passei fiz questão de ser alguém que fazia a diferença.

No momento faço parte de uma instituição de ensino, no corpo docente e posso dizer que me sinto realizada em poder colocar em prática tudo o que aquela garotinha lá atrás um dia sonhou em fazer.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	7
3. BREVE HISTÓRICO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO	9
4. A NECESSIDADE DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS	11
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5.1. Presença da temática racial no livro didático	17
5.2. Implementação da Lei 10.639/2003	20
5.3. Utilização do livro didático no combate ao racismo	21
6. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A educação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento humano e social, mas, infelizmente, tem sido frequentemente permeada por questões de desigualdade e injustiça, especialmente no que diz respeito ao racismo. O racismo na educação pode ser compreendido como um conjunto de práticas, estruturas e atitudes que perpetuam discriminação e exclusão com base na raça ou etnia dos grupos envolvidos. Este fenômeno se manifesta de diversas formas, desde a falta de representatividade nos currículos até a segregação desses grupos (Pereira, 2002).

Nesse contexto, é importante compreender o impacto do racismo na educação, não apenas em termos de acesso desigual a oportunidades educacionais, mas também em relação ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional de estudantes. Esses grupos raciais subjugados são considerados inferiores, pela lógica racista, e por isso recebem um tratamento diferenciado, que prejudica suas relações educacionais e acabam os tornando suscetíveis a uma série de violências. Nas palavras de Gomes:

As pessoas negras não são marcadas somente pelo seu lugar na desigualdade de classe, mas são consideradas e tratadas como inferiores e não humanas devido ao peso do racismo. Isso as torna muito mais do que vulneráveis: são tratadas e consideradas como não humanas e, por isso, passíveis de violência e extermínio (2021, p.439).

Além disso, as questões relacionadas ao racismo na educação são complexas e multifacetadas, abrangendo desde a falta de diversidade nos materiais didáticos até a perpetuação de estereótipos e preconceitos dentro do ambiente escolar. A necessidade de abordar essas questões de maneira abrangente e sistêmica é crucial para promover uma educação mais inclusiva e equitativa para todas/os as/os estudantes, independentemente de sua raça ou origem étnica (Munanga, 2009).

Deste modo o livro didático desempenha um papel fundamental no processo educacional, sendo uma ferramenta importante para a construção de conhecimento e formação de valores entre as/os estudantes. No contexto brasileiro, onde a diversidade étnico-racial é uma característica marcante, o livro didático assume uma importância ainda maior. Ele não apenas apresenta conteúdos sobre diferentes

aspectos da sociedade, história e cultura, mas também influencia a construção da identidade e consciência social de estudantes. Ao fornecer representações de grupos étnico-raciais diversos, o livro didático pode contribuir para a promoção do respeito à diversidade e para o combate ao racismo dentro das salas de aula.

A Lei 10.639/2003 também desempenha um papel crucial na promoção da igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira na educação brasileira. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é determinada a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, essa legislação visa corrigir distorções históricas e promover uma educação mais equitativa e antirracista. Além disso, a lei reconhece e valoriza as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, promovendo assim uma reflexão crítica sobre as relações raciais e estimulando o respeito à diversidade étnico-racial desde os primeiros anos de escolaridade (Brasil, 2003). Para além desta lei, é possível encontrar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais que visam a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana com objetivo de promover ações que combatam o racismo na educação, trazendo as adequações necessárias para uma educação de fato equitativa e antirracista (Brasil, 2004). O documento conceitua a educação das relações étnico-raciais como “Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.”

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é analisar a importância do livro didático como ferramenta de combate ao racismo em uma escola classe em Samambaia/DF.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo delineado neste estudo, foi conduzida uma análise de um livro didático de história utilizado nas turmas do quinto ano de uma escola pública de Samambaia, Distrito Federal. A instituição foi escolhida por ter sido o campo de realização do estágio obrigatório da pesquisadora e tendo em vista a boa

experiência e convivência com as profissionais. Deste modo, optamos por realizar a pesquisa nesta escola.

O material didático para o ensino de História utilizado pela instituição no período da pesquisa era o livro Aprender Juntos. O livro integra o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edição 2017, produzido pelas professoras Mônica Lungov e Raquel dos Santos Funari da editora Edições SM. Escolhemos o livro utilizado nas turmas do 5º ano do ensino fundamental.

A escolha do 5º ano se deve ao fato de ser o último ano do ensino fundamental - anos iniciais, no qual os/as estudantes já devem possuir uma formação sobre as questões raciais advindas dos ciclos anteriores, tendo como intuito também observar de que forma a temática é tratada nesse nível de ensino, visto que deveria ter sido trabalhada desde a educação infantil. Para além disso, a experiência de estágio da pesquisadora foi nesse ano de ensino.

Também foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema racismo na educação, com intuito de construir o referencial teórico deste trabalho, sendo este, elaborado a partir da perspectiva de autores/as que discutem a temática racial e englobam essa questão para a área da educação. Foi ainda aplicado um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas as/aos docentes da escola com o objetivo de coletar informações sobre as percepções, experiências e práticas das/os professoras/es em relação ao uso do livro didático no combate ao racismo. A elaboração das perguntas se apoiou na revisão de literatura realizada. O questionário foi elaborado e aplicado de forma a possibilitar que as participantes expressassem suas opiniões, experiências e práticas relacionadas à utilização do livro didático como uma ferramenta de combate ao racismo.

O questionário foi enviado para a vice-diretora da escola para que fosse encaminhado às/aos docentes da instituição que se propuseram a participar da pesquisa respondendo ao questionário. O questionário não incluiu informações pessoais ou demográficas como cor ou idade das/os participantes. Antes de responderem ao questionário, as/os participantes foram informadas/os sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como sobre a garantia de anonimato e confidencialidade de suas respostas.

3. BREVE HISTÓRICO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO

O advento do racismo na esfera educacional tem raízes profundas e multifacetadas, refletindo estruturas históricas de poder e dominação. De acordo com McIntosh (1990), a história do racismo na educação é marcada por um legado de segregação e discriminação, que remonta aos períodos coloniais e pós-coloniais. Durante esses períodos, a educação era frequentemente usada como uma ferramenta para legitimar e perpetuar hierarquias raciais, com sistemas educacionais segregados sendo estabelecidos para manter o status quo de dominação racial.

A história do racismo na educação brasileira tem suas raízes nos tempos coloniais e é profundamente intrínseca das estruturas sociais e políticas do país. Desde os tempos da escravidão, a educação foi utilizada como uma ferramenta de controle social e perpetuação da hierarquia racial.

É possível encontrar legislações como o Decreto nº1331, de 17 de fevereiro de 1854, que proibiam a admissão de pessoas escravizadas em instituições públicas de educação. Durante o período colonial, o acesso à educação era restrito aos segmentos privilegiados da sociedade, principalmente aos homens brancos e proprietários de terras. Os africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil foram sistematicamente impedidos de obter educação formal, o que contribuiu para sua marginalização e desfavorecimento socioeconômico (Coelho; Dias, 2020).

Após a abolição da escravidão em 1888, a exclusão dos negros persistiu no sistema educacional brasileiro, principalmente no que diz respeito a falta de registros sobre a história dessa população. Essa ausência decorre não por conta da irrelevância desse grupo populacional, de acordo com a perspectiva hegemônica, mas sim para promover o silenciamento dessa população, eliminando sistematicamente a história de pessoas negras como observa Lucindo (2016).

As políticas públicas adotadas no início do século XX visavam à assimilação dos imigrantes europeus e ao "branqueamento" da população, perpetuando a exclusão e marginalização dos afrodescendentes e buscando manter os privilégios brancos por meio do pacto narcísico da branquitude, que para Bento (2022) é uma herança do período escravocrata pouco citado. Segundo a autora:

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. (2022, p.18).

Durante a maior parte do século XX, as escolas brasileiras mantiveram práticas discriminatórias que refletiam a ideologia de branqueamento e a hierarquia racial estabelecida. Escolas negaram a história e representação da comunidade negra, restando os ensinamentos de acordo com a perspectiva hegemônica, portanto a população negra não tinha acesso a uma educação equitativa e representativa que pudesse construir a noção de pertencimento e representatividade. Para Munanga “É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros a única possibilidade é o aprendizado do colonizador.”(2019, p.32)

Mesmo após o período da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a igualdade de direitos para todos os cidadãos, as desigualdades raciais persistiram no sistema educacional brasileiro. O acesso desigual a recursos educacionais, a falta de representatividade nos currículos escolares e a ausência de políticas eficazes de combate ao racismo contribuíram para a perpetuação das disparidades educacionais entre os grupos raciais (Osório, 2003).

As desigualdades na educação no Brasil são evidentes quando se analisam os dados fornecidos por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE oferece uma visão abrangente das condições de vida da população brasileira, incluindo dados sobre educação. Destaca-se a desigualdade racial, que, em 2022, pode ser constatada pelo fato de 60,7% dos brancos com 25 anos ou mais terem finalizado o ensino médio, enquanto entre pretos e pardos essa taxa foi de 47%. Além disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), também do IBGE, revela que, em 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de 6,8%, variando

consideravelmente por raça/cor: 11,3% para pretos, 8,1% para pardos, 4,5% para brancos e 3,0% para amarelos. Portanto, 19,4% para negros e 4,5% para brancos.

4. A NECESSIDADE DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS

As determinações oficiais do ensino brasileiro através da Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB) 9394 de 1996 no artigo 26 inciso 4, indicam que o ensino da História do Brasil deve ser conduzido considerando a colaboração dos hábitos distintos e etnias para a constituição da população do Brasil, principalmente de origem indígena, europeia e africana. No entanto, Cunha Junior (1998) alega que são poucas as histórias e referências de brasileiros afrodescendentes negros que sobressaem na história do Brasil ou até mesmo na história de todo o mundo. Para além disso, mesmo com a legislação a história da população negra e indígena trabalhada nas escolas não partem da perspectiva dos próprios pertencentes, mas sim sob as lentes dos colonizadores e no entendimento eurocêntrico. O ensino define a contribuição desses grupos durante o período colonial e depois não trazem informações adicionais. Essa veracidade entusiasmou vários movimentos sociais que batalham por um país mais igualitário, democrata e livre do racismo a exigirem a abordagem da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Por dentro das movimentações sociais que são de grande número, salienta-se o Movimento Negro Unificado (MNU), que dedicou sua luta em proteção à pluralidade das bases que compõem os povos brasileiros. De acordo com Pereira (2002), essa mobilização se arranhou na cidade de São Paulo na década de 1970, no decorrer do regime militar, com o intuito de lutar contra o mito da democracia racial e propagar o enunciado de que o Brasil é um país racista, no qual o povo negro estava sendo submetido a um processo de invisibilidade ou visibilidade subalterna.

O Movimento Negro Unificado foi organizado para, dentre outras demandas e reivindicações, formar um método de constituir uma identidade afirmativa das pessoas negras e de compreensão política na vivência no Brasil. De acordo com Milton Barbosa, um dos iniciadores do MNU, em entrevista, discorre sobre a finalidade do Movimento. Diz ele que:

Para enfrentar o racismo, a discriminação racial, este movimento que se transformou no Movimento Negro Unificado mudou a forma da população

negra lutar, saindo das salas de debates e conferência, atividades lúdicas e esportivas, para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial (Entrevista com Milton Barbosa. Revista Fim do Mundo, 2021, p.376-377).

Esta mobilização foi organizada a volta de dois focos discursivos: sendo um deles de acusação sobre a presença de discriminação racial no Brasil, confrontando a expressão hegemônica vigente naquele instante de que todos os indivíduos, sem levar em consideração a cor da pele, agiam como similares. O conceito de que, mesmo com a escravização no território brasileiro, não destacava a discriminação racial, de modo que os negros, os índios e os brancos se mesclavam amistosamente são expressões presentes nas obras de Gilberto Freire, Casa Grande & Senzala publicadas no ano de 1932 e de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil publicada no ano de 1947.

Outro eixo discursivo criado pelo Movimento Negro Unificado, diz respeito a concepção da identidade positiva dos negros, através de atos políticos, com o enaltecimento de suas características simbólicas, de tais modos de se vestirem, de arrumar os cabelos e de conversar (Felipe; Teruya, 2010). Um dos iniciantes como bloco carnavalesco, o afro Ilê Aiyê, que representa os costumes e hábitos dos afro-brasileiros, captou essa sensação dos militantes das organizações negras, criando o subsequente registro:

Durante este tempo demos o nosso grito de liberdade [...] A liberdade de podermos ser negros, de dançar a nossa dança, de cantar o nosso canto. Canto esse que conta a nossa história e nossa libertação. E esse verdadeiro canto ecoou no Curuzu: um canto de fé por um mundo melhor. O brilho da avenida não ofusca o brilho desta raça de origem nagô (CADERNOS CANTO NAGÔ DO ILÊ AIYÊ, 1988, p. 32).

Nota-se em tal registro, que os militantes do Movimento Negro Unificado organizavam discursos para elogiar e revigorar todos os pontos da cultura negra.

Na visão de Giroux (1999), estes discursos têm o objetivo de expandir as argumentações para os atos políticos contra a discriminação racial e elaborar propagandas de forma que a vivência desses grupos, os quais foram calados, pudessem se tornar parte da arena social e questionar a interpretação de um modo único e universal.

No decorrer de mais de duas décadas, para considerar as demandas associadas a luta dos movimentos sociais, diversas vezes simbolizada através dos movimentos negros, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, sentenciou a Lei n. 10.639 da Câmara dos deputados, no dia 09 de Janeiro do ano de 2003. Este decreto mudou as instruções e o embasamento do ensino no Brasil firmadas através da Lei n. 9394/1996, tornando obrigatório o ensinamento da história, dos hábitos e costumes afro-brasileiros no ensino básico, a fim de trazer para a educação brasileira as contribuições da população negra para a constituição do Brasil.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) vê então a necessidade de formular diretrizes que auxiliem a efetivação do artigo 26-A da LDB. Para isso é elaborada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, esse documento trata de informações pertinentes que especificam a forma de trabalhar a temática racial e a maneira de fomentar a educação antirracista, aprovadas na forma da Resolução CNE/CP 01/2004. Associada ao Parecer CNE 03/2004, auxilia profissionais da área da educação para que tenham um dispositivo legal para construir uma prática educacional justa, igualitária e democrática (Brasil, 2004).

Em articulação com a referida resolução e o parecer 03/2004 trata de conteúdos como as políticas de ações afirmativas que explicitam a necessidade do Estado e da sociedade repararem os danos causados a população negra devido a escravatura e pós-abolição, a exemplo de políticas que visam o ingresso dessa população em locais que lhe foram negados por conta do racismo. Essas reparações podem ser exemplificadas pelo acesso e permanência de pessoas negras na educação. Alguns outros princípios trazidos pelo documento que se alinham com formas de combate ao racismo e a valorização e reconhecimento da população negra são a) Educação das relações étnico-raciais; b) História e cultura Afro-Brasileira e Africana; c) Consciência política e história da diversidade; d) Fortalecimentos de identidades e direitos; e) Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações; f) Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação (Brasil, 2004).

Lopes (2003), afirma que a Lei n. 10.639/2003 torna conhecido oficialmente que existe o afro-brasileiro com seus ascendentes africanos, seu curso dentro da história do Brasil e sua situação como membro da constituição da sociedade do Brasil. A dificuldade que desponta no currículo das escolas é adicionar a história e cultura afro-brasileira e africana bem como a educação das relações étnico-raciais do Brasil e mudar os temas hegemônicos de caráter eurocêntrico que estão inseridos no processo de construção dos conhecimentos das instituições, alcançando assim um resultado almejado de respeito às diferenças culturais na metodologia de ensino e aprendizado. Essa mudança, em seus pontos explícitos e implícitos, necessita ser produzida no dia a dia do realizar pedagógico no interior das instituições de ensino, compreendendo todos os indivíduos da escola, principalmente, as/os educadoras/es, os/as educandos/as e os/as administradores/as.

Uma das dificuldades de tornar efetiva o artigo 26-A da LDB no âmbito das escolas de acordo com Fernandes (2005) é organizar ambiente para que os negros sejam incluídos nos projetos curriculares como indivíduo histórico que forma o povo brasileiro, de modo que haja a desconstrução da narrativa histórica pejorativa a respeito da negritude brasileira. Com isso é preciso que as profissionais da educação, estejam adequadamente capacitadas para construir com as/os estudantes uma prática pedagógica que seja contra o racismo, de modo a fazer projetos que possuam como base, os entendimentos antropológicos, filosóficos, históricos, sociológicos, geográficos, religiosos e culturais que reconheçam a contribuição dos negros e valorize a história contada pelos próprios viventes deixando de lado a versão do colonizador carregada de preconceitos e segregações.

Hernandez (2005) aponta a respeito dos diversos empecilhos para redimensionar a história do território brasileiro baseado no conteúdo do artigo 26 A da LDB. Estes empecilhos estão associados ao período colonial que foi marcado pela grande exploração e dominação de territórios africanos, com intuito de apagar a história dos povos e fazê-los esquecer tudo que os representavam, a história acabou por ser completamente distorcida e muitos conteúdos foram preteridos fazendo com que o ensino sobre África seja superficial e fora de contexto. É costumeiro ser dito que não conhecemos nada a respeito da África; se fosse assim, seria mais

vantajoso, pois esse obstáculo é a disseminação dos preconceitos, do aspecto dos negros observados pelos europeus como exóticos, além dos pensamentos discriminatórios e racistas que permanecem na percepção das pessoas. Frente a essa situação, Lopes (2003), comenta que é preciso indicar um método que aborde a cultura africana em sua essência, trazendo para dentro da sala de aula as riquezas culturais e naturais do continente, elencando as contribuições para a cultura brasileira e a importância para a construção da diversidade do Brasil.

Sobre este ponto de vista, Chagas (1997) argumenta que a introdução dos componentes que tragam de volta as lembranças históricas afro-brasileiras, permite rever a função que as pessoas negras desempenharam nos diversos âmbitos e meios culturais, na composição étnico-social da população brasileira. O enaltecimento dos costumes e hábitos dos negros no currículo das escolas como um dos componentes que faz parte da cultura dos brasileiros requer uma reavaliação a respeito da circunstância determinada aos negros, que acarretou no prejuízo da sua individualidade cultural, étnica e pessoal, através da escravização e pelos princípios de branqueamento, aos quais foram submetidos. A luta contra o mito da democratização racial é um modo de contrariar essa aparência que deixa oculta as relações de opressão colocando os negros como uma segunda classe, circunstância vivenciada pela maior parte das comunidades negras que ainda possuem obstáculos para ter acesso aos direitos básicos.

Para determinar o planejamento pedagógico afinado com o entendimento da lei, é necessário que as educadoras renovem suas rotinas e procurem resultados a respeito das razões e dos propósitos da Lei. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2004), que foi uma das reladoras das DCNERER, afirma que esta lei, como um mecanismo legal, tem como objetivo que os direitos dos negros, como de todo o povo brasileiro, cursem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por profissionais qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as estressantes ligações feitas pela discriminação racial, sentimental e com capacidade de acompanhar a reeducação dos relacionamentos entre diversos agrupamentos étnico-raciais, isto é, dos que têm ascendência de africanos, dos povos indígenas, dos europeus e dos asiáticos. Essas condições das instituições de ensino e de capacitação dos educadores são obrigatórias para que ocorra um aprendizado de

nível adequado, para todas, de modo que haja a conscientização, o combate ao racismo e o empoderamento dos grupos subjugados (BRASIL, 2004).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção vamos abordar a análise do livro didático de história do 5º ano do ensino fundamental utilizado na escola de Samambaia/DF. O livro “Aprender Juntos”, de Lungov e Santos (2017), de história foi analisado a partir de três temáticas principais: a presença da temática racial no livro didático, a implementação do artigo 26-A da LDB e a presença de conteúdos no livro didático que estejam alinhados com as DCNERER. O material didático dispõe de conteúdos como:

- Capítulo 1 - Diferentes povos, diferentes mitos (aborda temas como “O iorubá e a mitologia dos orixás”)
- Capítulo 2 - Os primeiros seres humanos (aborda temas como “Conhecendo nossos ancestrais”)
- Capítulo 3 - Os primeiros povos da América
- Capítulo 4 - Povos antigos da América
- Capítulo 5 - Povos indígenas da América
- Capítulo 6 - A África antiga: os egípcios (aborda temas como a sociedade egípcia)
- Capítulo 7 - A África antiga: muitos povos (aborda temas como “Reinos e impérios africanos”)
- Capítulo 8 - A África no Brasil (aborda temas como a cultura afro-brasileira)
- Capítulo 9 - Povos antigos do Oriente Médio
- Capítulo 10 - Povos antigos da Índia e da China
- Capítulo 11 - As culturas grega e romana
- Capítulo 12 - Cidadania e democracia no Brasil: um processo histórico

Em relação aos temas de interesse dessa pesquisa, identificamos os seguintes temas:

O Iorubá e a mitologia dos Orixás - que por sua vez se encontra nos tópicos sobre “mitos da origem do mundo”. Esse conteúdo explicita a origem do mundo pela perspectiva dos povos Iorubás, que de acordo com o livro, são populações que se encontram atualmente nos territórios de Benin, Nigéria e Togo.

Os griôs do povo fula - avançando nos conteúdos do material didático encontramos esse assunto no tópico de “Pessoas e lugares”. Acerca deste capítulo é abordado histórias antigas sobre os povos africanos em sua diversidade. Nesse mesmo capítulo está presente a cultura afro-brasileira, trazendo as heranças que os povos africanos deixaram para a população brasileira.

Os primeiros seres humanos - neste título o livro informa a importância do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e como esse território foi o ponto inicial das espécies de primatas que após o processo de evolução resultam no Homo erectus. Contudo a história cronológica da humanidade que teve seu início na África e foi se dispersando para os demais continentes.

A África Antiga: os egípcios - neste ponto é trabalhado como ocorreu a ocupação de África, dando ênfase ao Egito e suas composições culturais como sociedade, mulheres que detinham poder na época, estado, religião, escrita e pinturas.

A África Antiga: muitos povos - aqui é tratado sobre diversas culturas e povos do continente africano. Explica como o território de África era composto por diversos reinos e impérios, além de terem sido grandes agricultores e desenvolverem o comércio marítimo de longa distância.

A África no Brasil - por fim, o livro traz as influências africanas para o Brasil, de maneira que faça entender como a cultura brasileira está diretamente ligada com o continente africano e a riqueza de heranças que foram deixadas para nosso país.

5.1. Presença da temática racial no livro didático

A partir da leitura do livro identificamos alguns conteúdos que associamos à temática racial na educação, os tópicos abordados a seguir foram percebidos e interpretados durante a leitura do livro e selecionados para trazer exemplificações de como o livro trabalha esse tema.

- **Inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira:** O livro aborda a história da África e dos povos afrobrasileiros, trazendo à tona aspectos muitas vezes negligenciados pela narrativa histórica tradicional. Essa inclusão permite que os alunos tenham acesso a uma perspectiva mais ampla e diversificada, contribuindo para a valorização da cultura negra e o combate aos estereótipos racistas. É trazido pelo livro relatos sobre África em um contexto de fato relevante, como sua formação, seus povos, os países que compõem, para que se desmistifique a ideia de que África seja um país, é presente também, a herança africana para a cultura brasileira, de forma que engrandeça e mostre a importância do continente para a formação do Brasil.

Figura 1: Inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em livro



Fonte: Lungov e Santos (2017)

- **Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos:** Ao apresentar a diversidade cultural e étnica de forma respeitosa e inclusiva, o livro ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Isso é fundamental para promover a reflexão crítica dos alunos, estimulando a empatia, o respeito e a valorização da pluralidade étnico-racial. O material traz informações dos reinos e impérios africanos o que demonstra para os estudantes como os povos africanos se organizaram e como a cultura era vasta e rica.

Figura 2: Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos em livro

Reinos e impérios africanos

Vários povos africanos constituíram reinos e impérios notáveis, com línguas e escritas diversas, arquitetura espetacular e arte requintada. Entre eles estão o Reino de Cuxe (ou Kush) e o Império de Axum.

Além de serem formados por grandes agricultores e pastores, alguns desses reinos e impérios também desenvolveram o comércio terrestre e marítimo de longa distância. Por intermédio de mercadores que atravessavam grandes extensões de terras, diferentes regiões da África foram conectadas. Com isso, foi possível estabelecer uma rede de troca de produtos entre diferentes povos.

Todos esses povos tinham uma cultura rica e diversa.

Fonte: Lungov e Santos (2017)

- **Promoção da Igualdade Racial:** Através da educação, o livro contribui para promover a igualdade racial no ambiente escolar, incentivando a convivência harmoniosa entre alunos de diferentes origens étnicas. Ao reconhecer e valorizar a diversidade, a obra colabora para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o respeito às diferenças é uma premissa fundamental.

Figura 3: Promoção da igualdade racial em livro



Fonte: Lungov e Santos (2017)

- **Empoderamento e Identidade Cultural:** Ao destacar a contribuição dos povos africanos e afrobrasileiros para a formação da sociedade brasileira, o livro fortalece a autoestima e o orgulho desses grupos, promovendo o empoderamento e a valorização da identidade cultural. Isso é essencial para combater a discriminação racial e promover a equidade no ambiente educacional.

Figura 4: Empoderamento e identidade cultural em livro



Fonte: Lungov e Santos (2017)

Sendo assim, a abordagem do livro em relação ao racismo na educação é fundamental para promover a conscientização, a reflexão e a transformação de mentalidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos. A educação desempenha um papel crucial na luta contra o racismo, e o livro em questão pode ser visto como uma ferramenta valiosa nesse processo de sensibilização e promoção da diversidade. O material didático está de acordo com as demandas trazidas pelos currículos educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo em Movimento.

5.2. Implementação da Lei 10.639/2003

Uma análise aprofundada do livro em relação à Implementação da Lei 10.639/2003 revela diversos pontos relevantes. Primeiramente, o texto segue as diretrizes da legislação ao incluir de maneira substancial a história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Isso se reflete na abordagem significativa da história da África e dos povos afro-brasileiros, o que contribui para a valorização e visibilidade dessas culturas.

Além disso, a inclusão da história e cultura afro-brasileira no livro promove a diversidade étnico-racial, permitindo que os alunos tenham acesso a diferentes perspectivas e vivências. Isso é fundamental para construir uma sociedade mais

equitativa e inclusiva, que respeite a pluralidade de identidades e combata a discriminação.

O texto também estimula a reflexão crítica dos alunos ao abordar temas sensíveis como racismo, discriminação e desigualdades sociais, essenciais para promover a consciência social e a atuação em prol da justiça social e da igualdade de direitos. Trabalhando a temática de forma que não reproduza o racismo presente nesses conteúdos.

Figura 5: Promoção da diversidade étnico-racial em livro

A população negra no Brasil atual

De acordo com dados do IBGE, em 2016, mais da metade da população brasileira (54%) declarou que se considerava negra. Apesar disso, esse grande grupo ainda sofre preconceito racial em muitas situações.

Desde a época da escravidão, os africanos e afrodescendentes enfrentam o racismo. Nesse período, os europeus criaram teorias que afirmavam a inferioridade dos negros em relação aos brancos, justificando a prática escravista. Essas ideias preconceituosas foram difundidas no mundo todo. Assim, com o fim da escravidão no Brasil, os escravizados que foram libertos não foram plenamente incorporados à sociedade. Ao contrário, a maioria foi marginalizada e discriminada. Muitos tiveram de assumir os trabalhos mal remunerados e viver em moradias precárias. Para lutar contra esse preconceito histórico, surgiram movimentos de defesa dos direitos dos afrodescendentes.

Esses movimentos realizaram importantes conquistas. Na Constituição de 1988, por exemplo, estabeleceu-se a igualdade de todos perante a lei. Iniciativas mais recentes, como a **política de cotas** nas universidades, têm como foco garantir oportunidades iguais aos negros. O Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, também favorece as reflexões sobre esse processo histórico e a conscientização sobre a importância dos povos africanos e das comunidades afro-brasileiras na construção do país.

Política de cotas: medida que reserva uma porcentagem de vagas para negros e pessoas de baixa renda nas universidades.



Reprodução de cartaz do evento Negro Eu Sou, que promoveu o diálogo sobre temáticas negras no município de Eunápolis, BA, em 2015. O evento ocorreu no mês da Consciência Negra, data da morte de Zumbi dos Palmares (20 de novembro).

Fonte: Lungov e Santos (2017)

Outro aspecto relevante é a valorização da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da cultura brasileira. Reconhecer e destacar essa contribuição fortalece a autoestima e o orgulho desses grupos, promovendo o empoderamento e a valorização da identidade cultural afrodescendente.

Portanto, o livro está em sintonia com o artigo 26-A da LDB e as políticas afirmativas ao promover a inclusão, valorização e respeito à diversidade étnico-racial. Dessa forma, contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e consciente das questões raciais, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades, e combatendo o racismo e a discriminação racial no ambiente educacional.

5.3. Utilização do livro didático no combate ao racismo

Uma análise aprofundada do livro em relação à sua utilização como ferramenta para combater o racismo demonstra pontos relevantes. Primeiramente, nota-se uma abordagem sensível e reflexiva sobre o tema, apresentando conteúdos que instigam a reflexão crítica dos alunos sobre questões raciais, o que é crucial para fomentar a conscientização e enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Além disso, ao abordar amplamente a história e cultura afro-brasileira de forma inclusiva, o livro contribui para diversificar os conteúdos em sala de aula, permitindo que os alunos tenham acesso a diferentes perspectivas e vivências, promovendo a valorização da diversidade étnico-racial e o respeito às diferenças.

Outro aspecto relevante é o estímulo ao diálogo e à empatia entre alunos, professores e comunidade escolar por meio da apresentação de conteúdos que discutem o racismo e suas implicações. Essa troca de experiências é crucial para construir um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

A utilização do livro didático como uma ferramenta para combater o racismo também promove a consciência crítica dos alunos em relação a essas questões, capacitando-os a identificar, questionar e confrontar atitudes discriminatórias, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, o livro se apresenta como uma ferramenta valiosa para combater o racismo no ambiente educacional. Sua abordagem sensível, inclusiva e reflexiva sobre temas relacionados ao racismo promove a diversidade, o respeito mútuo e a consciência crítica dos alunos, contribuindo para uma educação mais equitativa e livre de preconceitos.

Agora vamos apresentar os dados coletados com as professoras da instituição a partir de uma aplicação de questionário.

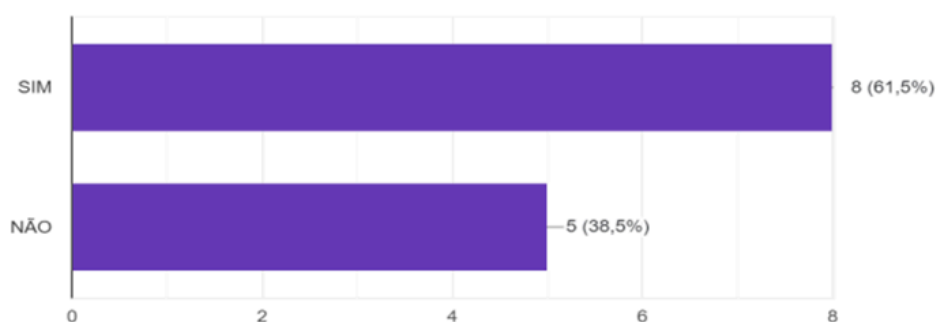
As professoras possuem uma importância notável no que diz respeito a utilização do livro didático para combater o racismo, de nada adianta o material estar alinhado com os documentos normativos, se a profissional que for fazer uso não possuir os conhecimentos necessários para trazer a temática aos alunos. Nesse sentido, a formação de professores é um ponto de grande relevância para a educação antirracista.

A aplicação do questionário se deu através de formulário pela plataforma “forms” do google, de maneira anônima e aplicado pela vice-diretora da instituição. A escola possuía no momento da realização da pesquisa 31 professores/as efetivas e temporárias, atuantes na educação infantil e no ensino fundamental - anos iniciais. Destas, 13 responderam ao questionário enviado.

A Figura 6 apresenta o gráfico com as respostas da questão 1.

Figura 6: Questão – Você tem conhecimento sobre a lei 10.639/2003?

Você tem conhecimento sobre a lei 10.639/2003?
13 respostas



Fonte: Autora

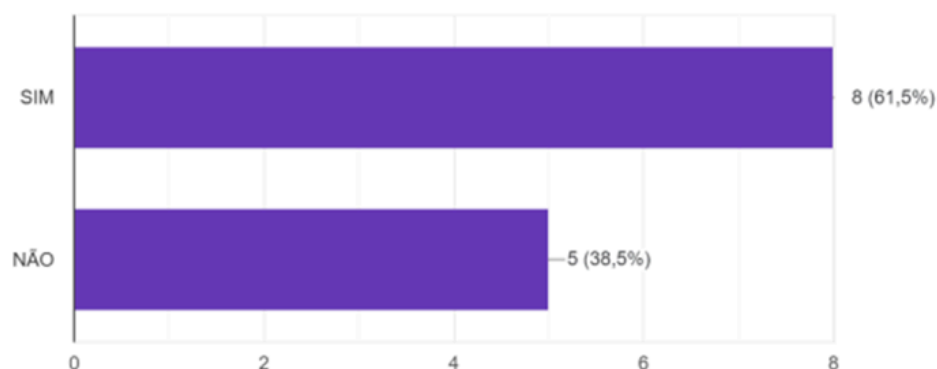
Com base nas respostas coletadas, observa-se que a maioria das participantes 61,5% possuem conhecimento sobre a Lei 10.639/2003, mas há ainda uma parcela significativa, 38,5% que declarou não ter conhecimento sobre essa legislação. Isso sugere uma disparidade no entendimento e na conscientização das professoras sobre a importância e os objetivos da referida lei, o que pode influenciar sua efetiva implementação e aplicação no contexto educacional. Portanto, é importante oferecer formação, apoio e recursos para promover a compreensão e o cumprimento adequado dessa legislação.

Na sequência, a Figura 7 apresenta o gráfico com as respostas da questão 2, seguido da análise.

Figura 7: Questão - Durante sua formação você teve contato com conteúdo de matrizes africanas e metodologias para aplicá-los em sala de aula?

Durante sua formação você teve contato com conteúdos de matrizes africanas e metodologias para aplicá-los em sala de aula?

13 respostas



Fonte: Autora

Com base nas respostas fornecidas, verifica-se que a maioria das participantes, 61,5%, teve contato com conteúdo de matrizes africanas e metodologias para aplicá-los em sala de aula durante sua formação. No entanto, cerca de 38,5% dos participantes declararam não ter tido esse contato. Esses resultados sugerem que ainda existe uma lacuna na formação de algumas professoras em relação ao ensino de conteúdos relacionados às matrizes africanas e suas respectivas metodologias de ensino. Portanto, é importante oferecer oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional para garantir que todas as educadoras estejam devidamente preparadas para abordar esses temas de forma adequada e equitativa em suas práticas pedagógicas. As DCNERER trazem no seu conteúdo a importância dessa formação continuada e que é de responsabilidade do poder público e da escola fornecer esse processo formativo.

Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (Brasil,2004, p.18).

A terceira questão da entrevista foi a seguinte: *Na sua opinião como podemos fomentar uma educação antirracista?*

Na sequência segue as respostas das professoras:

- 1) Sim, pois as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maior desigualdade.
- 2) Sendo preventivos e trazendo sempre falas, palestras para o aprendizado.
- 3) Através de palestras com temas pertinentes.
- 4) Sempre trabalhar em sala de aula com crianças para que eles possam levar todo aprendizado a sociedade.
- 5) Trabalhando essa temática desde a educação infantil.
- 6) Para fomentar uma educação antirracista é importante promover a diversidade e inclusão nas escolas, revisar os currículos para incluir perspectivas e contribuições de diferentes grupos étnicos, oferecer formação para professores sobre questões raciais e étnicos e incentivar o diálogo aberto sobre o racismo e seus impactos.
- 7) Mostrando as crianças que somos todos diferentes e as nossas diferenças nos tornam pessoas únicas.
- 8) Um trabalho estruturado começando desde a educação infantil incluindo os pais.
- 9) Por meio histórias, vídeos, imagens etc. e fomentando os relatos do cotidiano para os espaços de discussão.
- 10) Conscientização e noções de respeito
- 11) Com rodas de conversas e projetos sobre o assunto, permitindo que as pessoas envolvidas no processo possam opinar a respeito. É necessário projetos voltados para a causa em tela (racismo). O mais importante é a conscientização e, ela só ocorre se houver projetos envolvendo a comunidade escolar. "É um trabalho para as relações, feito por todos e todas de qualquer identidade racial, e não é destinado a um grupo ou outro, embora isso afete a cada um de forma específica".
- 12) Trabalhando projetos de valores, respeito e conscientização.
- 13) Informação, abordagem interdisciplinar, formação de professores.

As opiniões das professoras refletem uma compreensão abrangente da importância de promover uma educação antirracista. Elas destacam a necessidade de preparar os indivíduos para compreender e combater o sistema gerador de desigualdade, propondo atividades educativas específicas, como palestras e projetos, para abordar questões relacionadas ao racismo. Além disso, ressaltam a importância de iniciar a conscientização desde cedo, começando pela Educação Infantil, e incluir a diversidade e a inclusão nas escolas, revisando currículos e oferecendo formação para professores. A utilização de diferentes recursos, como histórias e relatos do cotidiano, é sugerida para promover discussões sobre o racismo, enfatizando a importância da conscientização, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial.

A inclusão dos pais no processo educativo, desde a Educação Infantil, e o desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar e formação contínua para os professores também são destacados como componentes essenciais para promover uma educação antirracista. Essas sugestões ressaltam a complexidade do desafio e a necessidade de uma abordagem holística que envolva todos os membros da comunidade escolar, algumas respostas ainda apresentam uma visão pontual da abordagem antirracista, em palestras por exemplo. Mas a maior parte das respostas apontam para a sua incorporação no currículo, no cotidiano da escola e de suas atividades.

A quarta questão foi a seguinte: *Você se acha apta(o) para trabalhar a temática racial com os estudantes? Justifique.*

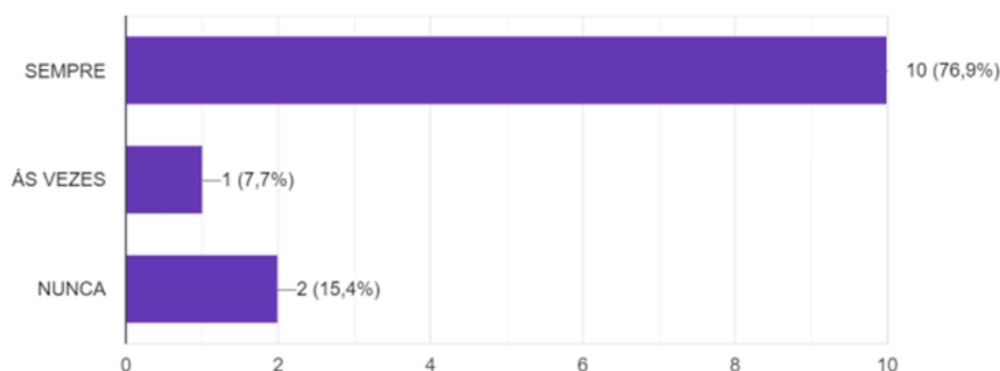
As respostas das professoras revelam uma variedade de sentimentos e níveis de preparação ao lidar com a temática racial com os estudantes. Observa-se que 6 professoras expressam confiança em sua capacidade, mencionando experiências prévias ou ensinamentos recebidos da equipe gestora da escola e até mesmo vindos de outras graduações e formações. Por outro lado, houve 5 respostas que reconhecem a necessidade de obter mais formação e aprofundamento no assunto para se sentirem verdadeiramente preparadas e afirmam não estarem devidamente instruídas para trabalhar com a temática. Essas respostas ressaltam a importância da formação continuada e do desenvolvimento profissional para garantir abordagens eficazes e sensíveis em relação à questão racial no ambiente escolar.

A Figura 8 expõe o gráfico com as respostas da quinta questão do questionário.

Figura 8: Questão - Com que frequência você utiliza o livro didático nas aulas?

Com que frequência você utiliza o livro didático nas aulas?

13 respostas



Fonte: Autora

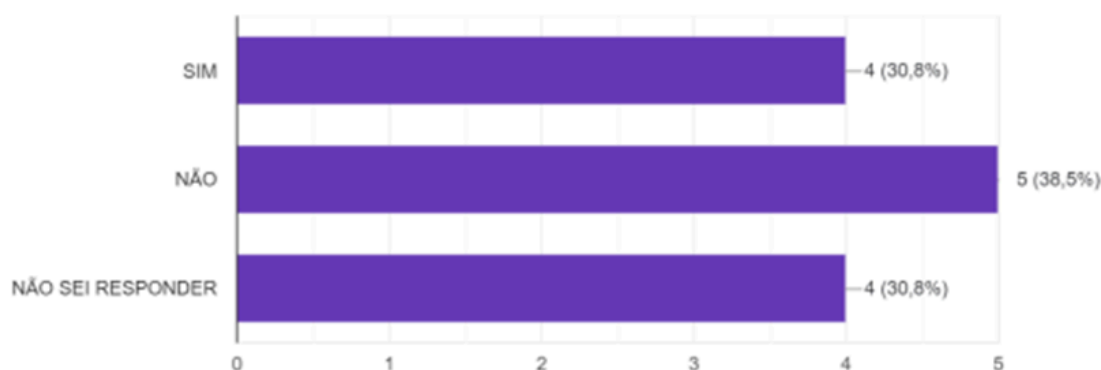
Com base nas respostas fornecidas, a maioria das professoras 76,9% afirma utilizar o livro didático sempre em suas aulas. Uma (1) participante afirma utilizar às vezes, enquanto duas (2) declararam nunca utilizá-lo. Esses resultados sugerem que a maioria das professoras incorporam o livro didático como uma ferramenta regular em suas práticas de ensino. Cabe destacar que o material didático precisa estar de acordo com as diretrizes curriculares nacionais da educação básica e de Relações étnico-raciais. A porcentagem que diz respeito a nunca ter utilizado o livro, provavelmente pode estar relacionada às professoras da educação infantil.

A Figura 9 expõe o gráfico com as respostas da sexta questão do questionário

Figura 9: Questão - O livro didático aborda a temática racial?

O livro didático aborda a temática racial?

13 respostas



Fonte: Autora

Em relação à abordagem da temática racial no livro didático, os resultados mostram uma divisão: 30,8% das/os professoras/es afirmam que o livro didático aborda essa temática, enquanto outros 38,5% indicam que não. Além disso, 30,8% dos participantes responderam que não sabem responder se o livro didático aborda a temática racial. Os dados indicam que uma parcela das/os professores/as têm conhecimento sobre a presença ou não dos conteúdos sobre a temática racial nos livros didáticos. Outros, de acordo com as respostas, podem ser professores/as da educação infantil que nem sempre utilizam o livro didático e, portanto, podem desconhecer se este material aborda ou não a temática. Outra hipótese, decorrente da resposta à pergunta 4, é que estes/as docentes não tendo conhecimento sobre a temática, não sabem se posicionar em relação a sua abordagem nos livros didáticos.

A sétima e última questão foi a seguinte: *Caso tenha respondido "Sim" na pergunta acima, diga brevemente de que forma a temática é abordada no livro.*

Respostas recebidas:

- 1) Suas origens, sua população e o respeito.
- 2) É abordada nos livros de ciências humanas, com diversidade.
- 3) Aborda mais de maneira sucinta trazendo apenas a abordagem cultural.

Com base nas respostas das participantes que indicaram que o livro didático aborda a temática racial, é possível observar que a abordagem varia em termos de

profundidade e enfoque. Uma parte das professoras menciona que a temática é abordada de forma ampla, incluindo suas origens, sua população e a importância do respeito. Outros destacam que a temática é principalmente abordada nos livros de ciências humanas, com ênfase na diversidade étnico-racial. No entanto, há também quem aponte que a abordagem é mais sucinta, com foco principalmente na dimensão cultural da temática. Essas respostas ilustram a diversidade de abordagens presentes nos livros didáticos em relação à temática racial, indicando que alguns materiais podem oferecer uma análise mais aprofundada e sensível, enquanto outros podem apresentar uma visão mais superficial do assunto.

Considerando o objetivo do estudo de analisar a importância do livro didático como ferramenta de combate ao racismo em uma escola de Samambaia/DF., é crucial apresentar os resultados obtidos.

Em relação ao *Conhecimento sobre a Lei 10.639/2003*, os dados da pesquisa mostraram que a maioria das participantes possui conhecimento sobre a Lei o que é encorajador, pois essa legislação é fundamental para promover a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Isso sugere uma base sólida para o uso do livro didático como ferramenta de combate ao racismo, já que a lei prevê a inserção desses conteúdos nos materiais educacionais.

Sobre o contato com conteúdo de matrizes africanas e metodologias para aplicá-los em sala de aula, os dados obtidos mostraram que a maioria das participantes teve contato com conteúdo de matrizes africanas e metodologias para aplicá-los em sala de aula durante sua formação é positivo. Isso sugere que as professoras possuem alguma preparação prévia para lidar com a temática racial em suas práticas pedagógicas, o que pode facilitar a utilização do livro didático de história para abordar questões relacionadas ao racismo.

Acerca da aptidão das profissionais para trabalhar a temática racial as respostas variadas indicam que há uma diversidade de experiências e percepções entre as professoras em relação à sua preparação e confiança para abordar a temática racial com os estudantes. Algumas professoras demonstram segurança em sua capacidade de trabalhar com o tema, enquanto outras reconhecem a necessidade de mais formação e aprofundamento. Isso destaca a importância de oferecer apoio e recursos para promover a capacitação das professoras na utilização do livro didático como ferramenta de combate ao racismo.

O fato de que a maioria das participantes utiliza o livro didático sempre em suas aulas sugere que esse recurso é amplamente utilizado no contexto educacional das entrevistadas. Isso ressalta a importância do livro didático como uma ferramenta pedagógica importante, o que o torna um veículo essencial para abordar questões relacionadas ao racismo.

Portanto, os resultados das questões levantadas neste estudo destacam tanto desafios quanto oportunidades na utilização do livro didático como ferramenta de combate ao racismo na educação brasileira. Enquanto a maioria das professoras possui algum conhecimento sobre a legislação relacionada à temática racial e utiliza o livro didático com frequência em suas aulas, há uma variedade de experiências e percepções em relação à preparação e à abordagem da temática racial.

6. CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos neste estudo, é possível concluir que o uso do livro didático como ferramenta de combate ao racismo na educação brasileira apresenta desafios e oportunidades significativas.

Após a análise do livro didático de história do 5º ano do ensino fundamental, fica evidente que sua abordagem em relação à temática racial está de acordo com os princípios da educação antirracista, ponto relevante para construir uma educação democrática. Além disso, os resultados do questionário revelaram uma série de desafios e oportunidades na utilização do livro didático como ferramenta de combate ao racismo na educação brasileira. Embora a maioria das professoras demonstre um nível de conhecimento sobre a legislação relacionada à temática racial e utilize o livro didático com frequência em suas aulas, as respostas variadas em relação à aptidão das professoras para trabalhar com a temática racial, destacam a necessidade de uma análise acerca da formação continuada das professoras.

Portanto, é fundamental reconhecer que a eficácia do livro didático como ferramenta de combate ao racismo depende não apenas de sua inclusão de conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial, mas também da preparação e da capacitação das professoras para abordar esses temas de forma sensível e equitativa em sala de aula. Investir em programas de formação continuada e oferecer recursos educacionais adequados são medidas importantes para promover

uma educação mais igualitária e consciente das questões raciais. Assim, através de esforços conjuntos para revisar e aprimorar os materiais didáticos, bem como para capacitar e apoiar os/as educadores/as, podemos avançar na construção de uma educação mais equitativa e sensível às diversidades étnico-culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. D. **The education of Blacks in the South, 1860-1935**. Univ of North Carolina Press, 1988.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

BRASIL. **Resolução nº CNE/ CP 001/2004 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. **Parecer nº CNE/ CP 003/2004 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004a.

CADERNOS Canto Nagô Do Ilê Aiyê. **África ventre fértil do mundo**. Salvador: n. VI, 1988.

CHAGAS, C. C. **Negro uma identidade em construção**: dificuldades e possibilidades. Petrópolis: Vozes, 1997.

COELHO, W. de N. B.; BERNARDO DIAS S. Relações raciais na escola: entre legislações e coordenações pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 46-67, 2020.

CUNHA JUNIOR, H. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. In: LIMA, I. C. (org.). **Negros e currículo**. Florianópolis: NEN, 1998.

Entrevista com Milton Barbosa. *Revista Fim do Mundo*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 375–382, 2021. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11672>

FELIPE, D. A., TERUYA, T. K. Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. **Revista HISTEDBR**, v. 39, p. 250-266, set. 2010.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidade. **Caderno Cedes**, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez., 2005.

GOMES, N. L.. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. Revista de Filosofia Aurora, vol. 33, no. 59, 2021.

GIROUX, H. Redefinindo as fronteiras da Raça e da Etnicidade: além da política do pluralismo. In: GIROUX, H. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

HASENBALG, C. A.; DO VALLE SILVA, N. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

HERNANDEZ, L. **África na sala de aula – visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

IBGE. **Pnad Contínua**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**. 2022. Disponível em: <https://sis.us/hris/>.

INEP. **Indicador Nacional de Qualidade da Educação (IDEB)**. 2021. Disponível em: <https://ideb.org.br/>.

LOPES, V. N. Inclusão étnico-racial: cumprindo a lei, práticas pedagógicas contemplam afro-brasileiros. **Revista do Professor**, v. 19, n. 75, p.25-30, jul./set., 2003.

LUCINDO, W. **A vontade também consola**. In: FONSECA, V.; BARROS, S. (Org.). A história da educação dos negros no Brasil. RJ: EdUFF, 2016.

LUNGOV, M.; FUNARI, R. **Aprender Juntos**. São Paulo: Valéria Vaz, 2017.

MCINTOSH, P. White privilege: Unpacking the invisible knapsack. 1990.

MUNANGA, K. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Texto para Discussão, 2021.

PEREIRA, J. B. B. Negro e a identidade racial brasileira. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2002; p. 22-38.

SILVA, A. C. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático**. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.